

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.207 - SP (2019/0288582-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983**
DENIS ATANAZIO - SP229058
LUCIANA CAVALCANTI DE GODOY - PE025823
CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO -
PE020670
PABLO RODRIGO NAZARETH COSTA - PE030463
CAMILA LIRA AFONSO FERREIRA PAIVA - PE035477
RECORRIDO : **LUDOVINA DE MAGALHAES**
RECORRIDO : **LUIZ REAL**
RECORRIDO : **MARCIA REGINA SALLES DE OLIVEIRA**
RECORRIDO : **MARIA IZABEL DE ALMEIDA**
RECORRIDO : **MARIA OLIMPIA GUINAMI DA CRUZ**
ADVOGADOS : **HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986**
JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS contra decisão que não admitiu recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

A ação de responsabilidade obrigacional discute a legitimidade da Caixa Econômica Federal - CEF no polo passivo da ação que envolve o Sistema Financeiro Habitacional - SFH sobre o FCVS.

É O RELATÓRIO. DECIDE-SE.

Em 05/10/2018, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, nos autos do RE 827.996/PR, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria relativa a possível interesse jurídico da CEF nas ações que envolvem seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Ressalte-se que o reconhecimento da repercussão geral sobre o tema influencia diretamente na discussão acerca da competência para processar e julgar os feitos desta natureza, tornando por ora inócua a apreciação, por esta

Superior Tribunal de Justiça

Corte Superior, dos recursos que versam sobre a controvérsia.

Isso porque a definição acerca do interesse jurídico da CEF nas lides desta natureza e, via de consequência, da competência para o julgamento e processamento dos respectivos processos poderá implicar na nulidade de todos os atos processuais praticados pela Justiça Estadual ou Justiça Federal.

Destarte, por medida de economia processual, e também para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e este STJ, impõe-se a devolução dos autos – cuja questão é objeto de debate – à Corte local, para que lá aguardem o desfecho do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.

Forte nessas razões, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que lá permaneçam suspensos até a publicação do acórdão a ser proferido no RE 827.996/PR, observando-se o disposto nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora